

EXTENSÃO E EMANCIPAÇÃO

Reflexões Sobre

A Socialização da Produção Antropológica

Luis F. Cardoso de Oliveira



1992



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DECANATO DE EXTENSÃO

Extensão e Emancipação: Reflexões Sobre A Socialização da Produção Antropológica¹

Luís R. Cardoso de Oliveira

Se, como tem sido divulgado e ao que tudo indica consensualmente acordado, as atividades de extensão (ao lado do ensino e da pesquisa) conformam uma das três funções características da Universidade, me parece que no âmbito das Humanidades em geral e das Ciências Sociais em particular o seu papel é especialmente importante. Entretanto, me parece também que nos esforços recentes para estimular e/ou ampliar as atividades de extensão nas Universidades, - vistas de uma forma a meu ver um tanto equivocada como vínculo privilegiado de ligação destas instituições de ensino para com a sociedade -, tem-se trabalhado com uma noção excessivamente estreita e esquemática de extensão. Além de deixar de fora algumas das suas manifestações mais importantes, e, portanto, empobrecendo essa noção, acaba minando ou reduzindo exatamente aquele potencial de interação da Universidade com a sociedade que se quer consolidar. Nas reflexões que se seguem, procurar-se-á inicialmente (1)apresentar a noção dominante de extensão para depois(2) indicar algumas de suas limitações, chamando a atenção para o

¹ Trabalho apresentado na mesa redonda “Antropologia, Cidadania e Extensão: Conceituação e Experiências”, realizada no dia 5 de novembro de 1992 na UnB, como parte das comemorações dos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

descompasso entre esta visão e o potencial crítico/emancipador da extensão nas ciências sociais, e (3) propor uma concepção diferente e mais ampla sobre o problema. Finalmente, apresentar-se-á alguns exemplos e/ou possibilidades efetivas para o desenvolvimento das atividades de extensão dentro de uma perspectiva mais abrangente, a partir da experiência recente do Departamento de Antropologia nesta área.

Se tomarmos como referencial privilegiado da noção dominante ou oficial de extensão as diretrizes estabelecidas pela administração superior da UnB para a avaliação do desempenho dos departamentos nesta área², notaremos que a ideia de extensão é limitada não apenas às atividades em que a “comunidade universitária”, especialmente alunos e professores, mantém vínculos de interação direta com a chamada “comunidade” ou população “externa” (não universitária) imediata, mas àqueles em que esta interação se dá de forma sistemática e planejada pelos Departamentos. Além dos “cursos de extensão” (para alunos “externos”), incluem-se aí todo tipo de atividade de caráter assistencial que a Universidade oferece para a comunidade local: programas de assistência médica, odontológica e jurídica; projetos de assistência social com presos, doentes, meninos de rua, etc...

² Critérios estabelecidos no âmbito do processo de gerenciamento de vagas docentes na Universidade. Tenho consciência de que estes critérios foram estabelecidos a guisa de experiência e que os mesmo estão abertos à crítica ou discussão. Pois é exatamente como uma contribuição para este processo que eu gostaria de situar minha intervenção nesta mesa redonda.

Gostaria de enfatizar aqui que, embora não deixe de reconhecer a importância das atividades listadas acima, não acredito que elas devam ser consideradas ou entendidas como as principais contribuições da Universidade para a sociedade mais ampla, mesmo na área de extensão. Da mesma maneira, se acredito que isto seja verdade para as atividades de extensão em geral, não posso deixar de chamar a atenção para a importância desta observação no contexto das ciências sociais.

Em outro lugar, ao discutir o papel da Universidade na sociedade, afirmei que as atividades da primeira caracterizavam dois tipos principais de contribuição para com a segunda: (a) a formação de profissionais ou técnicos de qualidade, e (b) a produção de conhecimento (pesquisa/publicações), visando a melhoria das condições de vida da população (e isto seria válido inclusive para a pesquisa pura) e /ou um melhor entendimento destas condições (Cardoso de Oliveira, 1992:11-12). Devo dizer desde logo que esta formulação não exclui a extensão das atividades da Universidade nem atribui a ela um papel secundário. Pelo contrário, procura resgatar o seu verdadeiro significado e ampliar o potencial de repercussão social das atividades desenvolvidas nesta área. Neste sentido, o que se pretende ressaltar aqui é a subordinação das atividades de ensino, pesquisa e extensão aos objetivos de *formação* dos alunos e de *produção* de conhecimento que são constitutivos da instituição universitária enquanto tal. Além de encarar de frente a questão da função social da Universidade, esta perspectiva tem a

vantagem de viabilizar um equacionamento mais dinâmico da relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando, portanto, uma ampliação da rentabilidade das mesmas em relação aos objetivos maiores da instituição.

Por outro lado, se levarmos em conta que o objetivo da Universidade de melhorar o entendimento ou compreensão das condições de existência da população é realizado através das chamadas ciências sociais e/ou das Humanidades em geral, torna-se claro o papel especialmente importante que eu atribui à extensão no âmbito destas disciplinas no início de minha exposição. Pois, se é verdade que a maior conexão entre as atividades desenvolvidas nessas disciplinas e o “mundo da vida” (cultura ou tradição) partilhado por atores sociais concretos não garante à estes uma inteligibilidade imediata (ou um acesso direto) aos trabalhos dos cientistas sociais, também é verdade que a divulgação dos resultados destes trabalhos tem um caráter diferencial e implicações específicas que não podemos deixar de mencionar. Isto é, diferentemente do que ocorre nas ciências ditas “naturais” ou “hard sciences”, o impacto ou relevância social da produção antropológica depende da internalização crítica de suas contribuições por parte daqueles que dela se beneficiam ou que são atingidos pelo discurso da disciplina.

Neste sentido, ao contrário das técnicas geradas na área tecnológica da Universidade e frequentemente incorporadas ao cotidiano da população enquanto instrumentos *aplicativos*, a produção antropológica demanda uma recepção compreensiva (no

sentido Weberiano), onde a mensagem por ela emitida só atinge o interlocutor através da ampliação do horizonte histórico-cultural deste e/ou do auto-questionamento de suas condições de existência. Ou seja, a comunicação da interpretação ou do conhecimento antropológico só é bem sucedida quando o interlocutor é capaz de interagir criativamente com esta produção, incorporando-a aos seus esforços interpretativos que empreende para dar conta de sua própria experiência. Enquanto num caso um ator social pode se beneficiar da informação ou tecnologia como *usuário*, eventualmente passivo, no outro a informação ou interpretação só pode beneficiar ou atingir *interlocutores ativos*. Se, como disse acima, num caso as contribuições acadêmicas são incorporadas instrumentalmente ao cotidiano enquanto *aplicativos*, no outro estas contribuições só podem ser incorporadas reflexivamente enquanto *elucidativos*. Da mesma forma, se no primeiro caso é legítimo equacionar a contribuição a partir de seu potencial de *aplicação*, no segundo caso deveríamos nos preocupar com seu potencial de *emancipação*.

Antes de passar para a discussão das atividades de extensão propriamente ditas, gostaria apenas de mencionar que, embora não possa me estender muito aqui sobre esta conceituação, não posso deixar de dizer uma ou duas palavras sobre as ideias de “auto-questionamento” e “reflexão” que o processo de incorporação das contribuições antropológicas ao cotidiano demandaria. Tanto uma quanto outra não devem ser entendidas como atitudes sistemáticas, a serem internalizadas pelos autores, mas como

eventos ou situações, muitas vezes pontuais que são experimentados pelos atores ainda que de forma implícita. Isto é, apesar deste processo não exigir uma reavaliação sistemática da visão de mundo dos atores envolvidos, ela requer que a incorporação da produção ou do discurso antropológico tenha como implicação necessária o desvendamento de relações e/ou de significados até então ocultos ou mal compreendidos pelos atores.

As Duas Faces da Informação e o Duplo Sentido da Extensão

Como vimos acima, a divulgação ou socialização da produção antropológica só é bem sucedida quando ela é absorvida criticamente pela população beneficiada ou atingida³, fazendo com que as dimensões de transmissão e de internalização da informação antropológica se constituam em aspectos indissociáveis da mesma, as quais se apresentam então como duas faces de uma moeda. Por outro lado, as atividades de extensão, concebidas aqui de forma articulada e integrada ao ensino e à pesquisa devem ser desenvolvidas em duas direções opostas mas complementares. Isto é, as atividades de extensão devem ter dois alvos

³ Esta distinção é só para chamar a atenção que a população diretamente beneficiada pela produção antropológica e a população prioritariamente atingida ou almejada pelo discurso antropológico nem sempre são as mesmas. Como exemplo, poderíamos citar o caso da contribuição dos antropólogos para a demarcação de algumas reservas indígenas, cujos habitantes e principais beneficiados do processo podem não ser sensíveis ao discurso antropológico e/ou podem não ter internalizado ou aprendido nada significativo através da informação antropológica. Neste caso o público prioritariamente almejado pelo discurso antropológico seria aquele composto pelas autoridades com poder de intervenção na questão e/ou a sociedade civil em sentido amplo para fortalecer politicamente a defesa dos direitos indígenas.

distintos, ainda que o primeiro deles tenha um caráter paradigmático e prioritário: (a) os diversos segmentos sociais que conformam a população externa à Universidade; e (b) os estudantes universitários. No primeiro caso, trata-se de empreendimentos de socialização do conhecimento antropológico, enquanto no segundo trata-se da exposição dos alunos, através de atividades acadêmicas extra-curriculares (como os seminários quinzenais do Departamento de Antropologia, por exemplo), a contextos ou problemas sócio-culturais diversos. Enquanto num caso o objetivo primordial é a difusão da *informação*, no outro é o escrutínio e a discussão da informação para efeitos de *formação*. Da mesma forma, se é legítimo pensar a fecundidade das atividades de extensão a partir do impacto social das mesmas, a distinção que fizemos acima sugere situações em que este impacto só se dá de maneira direta, e outras em que o impacto potencial é necessariamente indireto através dos serviços futuramente prestados à população (externa) pelos alunos expostos à segunda modalidade de atividades de extensão.

De toda maneira, o que gostaríamos de ressaltar no momento é que no caso da socialização do conhecimento antropológico a distinção entre informação e formação, mais ou menos correspondente às duas modalidades de extensão, não é radical. Pois, se o sucesso da incorporação das contribuições antropológicas ao cotidiano dos atores depende de um aprendizado mínimo, ainda que frequentemente superficial, por parte destes, as informações transmitidas demandam uma dimensão *formativa* que

viabilize a internalização das mesmas e/ou sua articulação ativa com os modelos interpretativos dos atores, que estariam assim em condições de absorver os novos significados sem perder sua autonomia interpretativa. Em uma palavra, as atividades de extensão na antropologia se constituem num trabalho ou esforço de ampliação do horizonte histórico-cultural dos atores e de estímulo ao pensamento crítico, contribuindo assim para a criação de condições que viabilizem aos atores o engajamento em (ou vivência de) experiências *emancipatórias*. Isto é, experiências que permitam a relativização de verdades absolutas, de valores últimos ou de interpretações reificadoras, assim como o desenvolvimento ou a visualização de relações sociais mais equânimes, e a revitalização dos ideais utópicos de uma vida melhor e mais livre, subjetivamente mais agradável e autêntica.

Por Uma Concepção Mais Flexível da Extensão

De acordo com a argumentação desenvolvida até aqui, além da necessidade de elaboração de uma definição de extensão que inclua aquela modalidade destas atividades dirigida para o processo de formação dos alunos (e.g, seminários Departamentais), a concepção dominante de extensão também é insuficiente no que concerne a modalidade paradigmática de extensão, relativa às atividades de divulgação propriamente ditas e/ou aquelas dirigidas diretamente ao público “externo”. Pois, ao restringir as atividades de extensão àquelas planejadas pelos Departamentos, de preferência com apoio do Decanato de Extensão, e

realizadas de maneira mais ou menos sistemática, muitos eventos e atividades significativas acabam sendo excluídos. Isto é, para não falar nada dos problemas de articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa, cujo caráter esquemático da concepção dominante muitas vezes inibe um melhor equacionamento.

Neste sentido, se tomarmos o potencial de repercussão ou de impacto social das atividades de extensão como princípio básico e norteador para a avaliação das mesmas, me arriscaria a dizer que no caso da antropologia, e talvez no âmbito das Humanidades em geral, grande parte das oportunidades de trabalho de extensão assim como as atividades com maior potencial de sucesso nesta área não tem sua contribuição reconhecida. Da mesma maneira, se somarmos a este princípio básico a preocupação com uma melhor integração das atividades de extensão com as de ensino e pesquisa, poderíamos propor a seguinte definição para as primeiras: “serão consideradas atividades de extensão todas aquelas que ampliem ou estimulem o potencial de repercussão ou de impacto social da produção Universitária”. Como disse antes, enquanto no caso das ciências naturais ou Hard Sciences este potencial se expressa através da dimensão *aplicativa* dos respectivos empreendimentos, no caso das ciências sociais o referencial deveria ser a dimensão *emancipatória* dos mesmos. Além de manter atividades de extensão articuladas com as duas funções precípuas da Universidade (ou seja, a formação de alunos e a produção de conhecimento) e de resgatar o significado da extensão no âmbito daquelas atividades que engajam prioritariamente

os alunos da própria Universidade, esta definição abrange todo o espectro das atividades de extensão “direta” – ou seja, daquelas que se constituem num referencial privilegiado para a discussão-, que são praticadas pela Universidade.

Detendo-nos agora exclusivamente sobre estas últimas, é fácil notar que a concepção dominante ou oficial de extensão deixa de contemplar ou de reconhecer muitas atividades significativas. Como vimos, a definição oficial privilegia os cursos de extensão e as atividades de caráter assistencial as quais demandam, em ambos os casos, planejamento e esforços sistemáticos por parte dos Departamentos envolvidos. Dentro da perspectiva aqui defendida, estas atividades não são apenas importantes, mas serão tanto mais legítimas quanto maior for o seu vínculo com o ensino e/ou a pesquisa. Aliás, no momento, o Departamento de Antropologia está tendo uma experiência da maior relevância nesta área, através do curso de extensão sobre “Índios da América do Sul: Áreas Etnográficas” oferecido pelo Prof. Melatti, com apoio do Decanato de Extensão, e que seria um bom exemplo do ideal de integração com a pesquisa. Da mesma forma, as atividades de cunho assistencialista devem manter, idealmente, no mínimo uma relação estreita com o ensino (serviços médicos, odontológicos, e etc). Entretanto, esta é uma área em que, a meu ver, as humanidades em geral e a antropologia em

particular, têm pouco a oferecer.⁴ Por outro lado, há pelo menos três modalidades de atividades de extensão direta bastante efetivas no caso da antropologia (ciências sociais), que não são levadas em consideração pela visão dominante. Refiro-me especificamente (a) à publicação de artigos em jornais de grande circulação ou de livros de divulgação, (b) palestras proferidas para não especialistas e (c) atividades diversas de assessoria em sentido amplo.

Embora as três modalidades tenham grande potencial de repercussão social, e normalmente mantenham um vínculo indiscutível com as atividades de pesquisa dos professores envolvidos, são de difícil reconhecimento por uma concepção esquemática de extensão, na medida em que quando não são realizadas de forma assistemática e sem muito planejamento, são articuladas individualmente ou por pequenos grupos de professores que contam com a anuência e o apoio do Departamento mas não demandam uma contribuição administrativa ou operacional deste. Na mesma direção, apesar da publicação de artigos em jornais e da realização de palestras fora da Universidade serem atividades de grande importância para a socialização do conhecimento antropológico, gostaria de chamar a atenção aqui para a relevância das atividades de assessoria as quais, categoricamente falando, parecem

⁴ A rigor, as atividades assistencialistas que forem caudatárias da perspectiva de aplicação de uma técnica, conforme discutido acima, seriam indesejáveis na área das ciências sociais. Pois, estas implicariam necessariamente em pelo menos uma de duas alternativas: (a) a imposição ditatorial de projetos de mudança (ou de engenharia) social, ou (b) a ilusão do pesquisador quanto ao impacto social de suas atividades.

manter, para as ciências sociais, uma relação simétrica de equivalência com as atividades assistenciais que caracterizam o trabalho de extensão em outras áreas da Universidade.⁵

Além de tratar de forma mais adequada a demanda social (da sociedade) sobre o trabalho antropológico, a ideia de assessoria parece estar mais de acordo com a minha caracterização do processo de socialização ou divulgação do conhecimento produzido na área, onde se requer um papel ativo dos beneficiados ou atingidos pelo discurso da disciplina. Para os propósitos da presente discussão é absolutamente irrelevante se o trabalho de assessoria é remunerado ou não.⁶ O que se deseja caracterizar é o tipo de interação que se estabelece entre o profissional da área e o não especialista. Seja este um representante da população (grupo social) eventualmente beneficiada pelo conhecimento produzido, o respectivo formulador/executor de políticas públicas quando sensibilizado/motivado pela interpretação antropológica, ou simplesmente cidadãos mobilizados pela

⁵ Agradeço as colegas Mireya Suádrés e Ellen Woortmann por terem me chamado a atenção para a importância de certas atividades de consultoria, entendidas aqui enquanto trabalhos de assessoria, no âmbito das atividades de extensão do Departamento de Antropologia.

⁶ É evidente que no caso dos professores de dedicação exclusiva, como é a condição de todo corpo docente da antropologia, o trabalho de assessoria eventualmente remunerado não deveria jamais configurar uma situação de duplo emprego.

abordagem *elucidadora* do problema em pauta.⁷

Neste sentido, o trabalho de assessoria antropológica vinculado ao processo de formulação de políticas públicas tem se constituído numa das áreas de maior potencial de repercussão social no que concerne a extensão. A contribuição dos antropólogos para a política indigenista talvez seja o exemplo mais conhecido e sistemático deste tipo de trabalho, mas também poderíamos citar exemplos na área dos reassentamentos provocados por barragens, no equacionamento de políticas de saúde e etc... No entanto, para dar um exemplo específico e particularmente feliz quanto à fecundidade da atividade de assessoria, gostaria de citar o projeto sobre “Hábitos Alimentares” financiado pela FINEP nos anos setenta (com o objetivo de subsidiar políticas públicas na área) e coordenado pelos professores Otávio Velho e Klaas Woortman, respectivamente do Museu Nacional e da UnB. Este trabalho contou com a participação de vários alunos dos dois Programas de Pós-Graduação e resultou num bom número de dissertações de mestrado, proporcionando uma integração quase perfeita entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Finalmente, para dar uma ideia da amplitude e da importância das atividades de assessoria na antropologia, gostaria de citar algumas experiências recentes de professores do Departamento:

⁷ Vale a pena lembrar, no contexto desta discussão, que na situação de trabalho de campo, ou no processo de elaboração da etnografia, a compreensão/interpretação do antropólogo só chega a bom termo quando a relação com o nativo caracteriza um diálogo entre interlocutores ativos (ver Cardoso de Oliveira, 1990).

- O trabalho de Roque Laraia e Alcida Ramos em relação a problemática indigenista. O primeiro, na condição de ex-Diretor e ex-Presidente da ABA, com uma contribuição mais voltada para a questão indígena em geral, enquanto o trabalho da segunda tem sido particularmente relevante no caso dos programas de saúde implementados na área Yanomami, assim como o processo de definição das terras destes índios;

- Os empreendimentos de Lia Zanotta Machado, Mireya Suárez, Rita Laura Segato e Ellen Woortman com atividades de assessoria diversas ao movimento feminista e/ou à questão da mulher, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher. É interessante notar a grande integração entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão no trabalho destas pesquisadoras que conseguem articular bem a dimensão de políticas públicas com a reflexão acadêmica. Neste sentido, o trabalho recentemente concluído por Ellen Woortman através de assessoria prestada à UNIFEM sobre trabalho feminino em comunidades pesqueiras do Nordeste e sobre trabalhadoras nos seringais do Acre, assim como o trabalho de assessoria de Mireya Suárez ao IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) sobre “Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: Uma Perspectiva de Gênero” (1992) me parecem exemplos paradigmáticos deste tipo de atividade de extensão na antropologia;

- Embora não tenha a intenção de apresentar um levantamento exaustivo destas atividades no Departamento, não poderia deixar de mencionar também os trabalhos de assessoria de Gustavo Lins Ribeiro a diversas organizações envolvidas com a questão ecológica através do Instituto de Estatutos Amazônicos e Ambientais.

De fato, além de estarem de acordo, ainda que em graus diversos, com o princípio do potencial de repercussão ou de impacto social das atividades de extensão, todas as atividades de assessoria aqui mencionadas estão diretamente articuladas com os projetos de pesquisa mais amplos dos respectivos professores, e têm trazido uma contribuição positiva para suas atividades de ensino. Da mesma forma, todas estas atividades, cada uma a seu modo, se constituem em bons exemplos da dialogia característica dos empreendimentos de extensão que tratam o público alvo como um interlocutor ativo, através da dialética da elucidação que marcaria o processo de socialização do conhecimento antropológico, trazendo a tona o potencial emancipatório das atividades de extensão nas ciências sociais.

Referências:

Cardoso de Oliveira, L.R.

1990: "A Vocação Crítica da Antropologia". Série Antropologia nº 96, Departamento de Antropologia – Instituto de Ciências Humanas – UnB. A sair no Anuário Antropológico 90.

1992: "Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: Algumas Reflexões Preliminares". Série Antropologia nº 122, Departamento de Antropologia, UnB.

Suárez, M.

1992: Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: Uma Perspectiva de Gênero. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

EQUIPE DO DECANATO DE EXTENSÃO

João Antônio de Lima Esteves

Decano de Extensão

NORMA SUELI J. ARAÚJO
CECÍLIA MARIA V. FERNANDES
JOSÉ WILLIAM DA SILVA
JOSIVÊ SARDINHA DA COSTA
BENEVAL MONTEIRO OLIVEIRA

Laura Maria Coutinho

Diretora do APE/DEX

JOSÉ ROBERTO ALVES
OZÉAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
MARIA JOSÉ GOMES DA SILVA
BERNADETE SOARES LARCHER
MARLENE DA SILVA BONFIM

Doris de Jesus Naves

Diretora do ANE/DEX

IARA MARIA COELHO SERRA
AILSON ALVES NASCIMENTO
ANTÔNIO CÉLIA BARROS LINS BONFIM
FRANCISCA CAMPOS DE PAULA
FRANCISCO GÓIS DE OLIVEIRA
JOSÉ MARQUES RIBEIRO
JOVELINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
JURANDI GOMES CURADO
MARIA DA CONCEILÇÃO RODRIGUES
MARIA INÊS CASASANTA
ZELINDA TORRI ROSA

Renée Gunzburger Simas

Diretora da CAL

ELIANE APARECIDA DOS SANTOS
JOSÉ CARLOS VIEIRA MARTINS
ALBA LUCIA JAPIASO MARTINS
